

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: AMIZADE NA SALA DE AULA

Alonso Bezerra de Carvalho¹

Fabiola Colombani²

1. Doutor em Educação. Professor do Departamento de Educação da Unesp/Assis e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp/Marília.

2. Psicóloga graduada pela UNESP/Assis, Especialista em Psicologia Escolar e Educacional/CFP, e Mestre em Psicologia pela UNESP/Assis.

Resumo : Este trabalho tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre o tema da amizade e sua possível relação com a sala de aula. Para tanto, tomamos a amizade definida e exposta por Aristóteles como possibilidade de refletir sobre uma vida cidadã e de formação do cidadão, e com isso edificarmos posturas e atitudes novas, despertando um novo ethos na sala de aula e nascendo, assim, novas relações inter-subjetivas no âmbito escolar, enfim, tornando-nos seres políticos.

Palavras-chave: Ética. Educação. Cidadania. Sala de aula. Amizade

INTRODUÇÃO

Ao entrar na sala de aula, em seu primeiro dia de escola, o menino não pensa no que será a matemática ou na lição de português. Ele quer saber quem será sua professora, mas, sobretudo, quer encontrar um *amigo* ou *fazer amigos*. A escola seria tanto para o menino, quanto para a menina, essencialmente, isso: o seu primeiro espaço de amizades. Como afirma Miranda (2004, p. 155), “a amizade é um fenômeno público, precisa do mundo, da visibilidade dos assuntos humanos para florescer”.

Sabemos que, desde os seus primórdios, a instituição Escola foi um local marcado pela hierarquia, pelos mecanismos de controle, com o principal objetivo de disciplinar para normalizar, através de um caráter homogeneizador que permite qualificar, classificar e punir.

Com o Iluminismo, mas isso já encontramos em Descartes, as preocupações com a infância se intensificaram e centraram-se na idéia de transformar a criança em “homem dotado de razão”, com o objetivo de torná-la produtiva, havendo os disciplinamentos impostos pela escola com o intuito de constituir sujeitos eugênicos. A eugenia, como “controle” do corpo, tinha como principal objetivo assegurar uma infância protegida, higienizada, para que houvesse a defesa da sociedade, pensando a criança como o “adulto do amanhã”.

Segundo Descartes, na infância o ser humano se encontra submetido aos órgãos do sentido, à imaginação e à fantasia, desviando-se da luz, da razão e do pensamento que fundamentam o conhecimento indubitável e seguro das ciências e da filosofia. A infância, como

um estado de confusão originária, própria da condição mundana ou da natureza errante de nosso nascimento, é vista como algo pré-científico e pré-filosófico a ser combatido pela filosofia ou, em outras palavras, por uma pedagogia da razão. Nesse caso, a infância é um estado a ser superado pelo próprio homem, a fim de que se torne humano e emancipado, guiado pela luz da razão subjetiva. Porém, como não é possível livrar-se de imediato da infância, sem certo amadurecimento intelectual, porque essa ausência é condição do nascimento e dos primeiros anos de vida, dessa perspectiva, a infância deve ser objeto de um tratamento pedagógico a acompanhar o ser humano, e aí se explica o surgimento da escola. Por seu intermédio, o ser humano descobriria que é dotado de uma natureza racional a ser desenvolvida e usada para expressar a sua liberdade – a liberdade do pensamento –, que o tornaria sujeito de seu próprio destino e, enquanto tal, maduro, emancipado, de sua condição infantil.

Por esse enfoque, a família não era mais a única instituição responsável pelo desenvolvimento da criança, pois essa intuição passou a ser vista como incapacitada para tais cuidados por ser apenas o lugar da afeição e não da educação. Com isso, começou a existir a consciência de que era preciso cuidar da criança fora do lar, por este motivo foi delegada à escola a responsabilidade de controle, sempre com uma intenção eugênica (aperfeiçoar a espécie). A ciência médica passou, então, a atuar nas escolas e os educadores a auxiliarem-na no trabalho de higienização que era feito principalmente dentro da sala de aula, ou seja, o caráter pedagógico foi modificado e a escola tornou-se, segundo Foucault (2008), um “observatório”, desempenhando o papel de vigilância e de “adestramento”, caracterizando-se como repressora e punitiva, deixando de ser um local afetivo.

Frente a uma educação assim padronizada, racionalizada e institucionalizada, as relações humanas perdem o sentido. O que vale são as atitudes mecânicas, frias, calculistas e voltadas para um processo de cientificização gradual e permanente. Os seres humanos devem apenas construir laços em que a pessoa, o sujeito e o cidadão sejam ou se transformem em objetos. Ao nos depararmos com esse quadro, o que vemos no cotidiano escolar, portanto, seria a falta de entrosamento nas relações, evidenciando uma fragilidade nos laços humanos. Para o sociólogo polonês Bauman (2004), isso corresponde ao que ele chama de amor líquido, ou seja, os relacionamentos perderam a solidez e cada vez mais temos visto um certo individualismo e distanciamento entre as pessoas. Dessa forma, vivemos em uma insegurança constante, na qual se estabelecem relações cada vez mais flexíveis, efêmeras e transitórias.

Mas por que os laços podem ser tão importantes na fase escolar? Por que o momento de iniciação da escola confunde-se inteiramente com o desejo infantil de “encontrar um amigo”? Essa expectativa da criança não é equivocada, nem apenas “inocente”. Ela, tampouco, frustra, por assim dizer, os reais objetivos de aprendizagem a serem buscados em um ambiente escolar. Muito pelo contrário, por ela, a criança se liga, na verdade, à condição mesma em que, desde a Grécia, se pensou a origem de nosso saber, e a situação em que se considerou

inscrever a nossa possibilidade de conhecimento, ou seja, em um ambiente ou uma relação de *philia*, de *amizade*.

O saber como uma forma de atividade que, curiosamente, não podia prescindir da relação amistosa, amigável: foi essa a herança inextricável e dramática dos gregos. Para existir o saber, era preciso existir também esse amigo e essa amizade. Era preciso fazer-se “amigo do saber”, *philosophos*.

O saber, segundo os gregos, não podia se dar senão sob a forma de uma amizade-pelo-saber, *philosophia*. Mas, com isso, o próprio saber não seria outra coisa que uma situação de amizade, a expressão e a manutenção dessa amizade que o qualificaria essencialmente: a amizade como categoria do pensamento, como condição para o pensamento enquanto tal.

Para filósofos como Platão, nessa postura filosófica-pedagógica, portanto, “deve haver uma coerência entre o nível argumentativo – lógico – e o nível da vivência – pragmático” (PIOVESAN, 2002, p. 114). O processo de formação, bem no sentido da *paidéia* grega, não se restringiria, então, a um processo de transmissão de conteúdos, mas a uma pré-disposição para submeter-se tanto aos argumentos racionais, bem como para se alimentar dos elementos ou impulsos passionais. Nesse sentido, quando um professor adota um método de ensinar que faz seu aluno aprender a pensar, a conhecer, a ser criativo e a pensar por si próprio, é certo que esse educador também tocará nos fios que tecem a existência de seu público. É como se houvesse um acordo dialógico entre o interpessoal, o lógico-teórico e o pragmático-moral, formando, assim, os componentes da “normatividade da razão” (PIOVESAN, 2002, p. 114). Enfim, por sermos racionais, devemos tanto amar (Eros) a verdade, quanto a vivência com o outro – elementos constitutivos do diálogo.

E se a escola é tão importante na vida de toda criança, ela o é, inicialmente, por isso: porque ao se encontrar com seus amigos, a criança encontra neles uma condição filosófica inaugural, ou seja, encontra os seus comuns amigos-do-saber. Assim, ao pensarmos nas relações humanas na escola e, sobretudo na sala de aula, a idéia ou pergunta que rapidamente nos vem é se há possibilidade de uma relação amical, nos termos que tratamos aqui, entre professor e aluno, por exemplo. É certo que possibilidade de amizade entre professores e alunos põe-nos diante de uma questão pertinente ao nosso tempo. Se a amizade é ter uma vida em comum, que elemento une os dois personagens? É evidente que há uma diferença entre ambos, na vestimenta, no vocabulário, na idade, nos interesses etc. Essa experiência, aparentemente estranha, pois baseada entre pessoas diferentes, é o que faz da amizade uma virtude, possibilitando a revelação de pontos de vista, de crenças, desejos, sentimentos e utopias distintas. A barreira hierárquica pode ser superada se professores e alunos tiverem o ato corajoso de circularem, de “voarem” no terreno um do outro, de recriarem uma espécie de sociedade, de comunidade, sem demagogias e hipocrisias.

1. AMIZADE: DIMENSÃO DA VIDA POLÍTICA E CIDADÃ

O termo amizade tem sido correntemente entendido como manifestação de laços privilegiados e relações cordiais entre as pessoas. Com essa significação, ela aparece como um valor presente em todos os tempos e em todas as culturas, sendo saudada em prosa e verso, seja na literatura, seja na filosofia etc. Nas sociedades modernas e contemporâneas, formadas por um avanço permanente da urbanização e da tecnologia, defrontamo-nos com o desafio de entender que significado ainda pode cumprir a amizade, tanto do ponto de vista da convivência sócio-política, quanto do debate constitutivo do campo filosófico com a possibilidade de alguma repercussão no campo educacional.

Quando tomamos como ponto de partida as relações interpessoais, vemos aparecer uma plêiade de palavras que podem, em um primeiro momento, ser tomadas como sinônimas: afinidade, simpatia, afeição, amor, ternura, intimidade, comunidade, benevolência etc. Esses sentimentos, designariam atitudes nas quais se conserva certa reciprocidade, proximidade, semelhança, solidariedade e atração espontânea, o que implica sempre em vivência gratificante para as partes envolvidas, de maneira que permite aos sujeitos acolher o outro enquanto diverso, ligando-os naquilo que é comum. Nesse sentido, “a amizade corresponde a um laço de benevolência e de intimidade entre duas (ou várias) pessoas, não se apoiando nem sobre o parentesco nem sobre a atração sexual, nem sobre o interesse ou as conveniências sociais” (MAISONNEUVE, 2004, p. 13).

A amizade foi ao longo da história abordada das mais diversas formas: tratados, fragmentos filosóficos, máximas, poemas, romances e correspondências. Evocada e experimentada pelos homens desde os relatos homéricos e bíblicos, é em Aristóteles, especialmente nos livros 8 e 9 d’*Ética a Nicômaco* (1988), que ela aparece de maneira organizada e definida³. Em a *Política* (1993), Aristóteles oferece uma primeira definição ou finalidade, ou seja, que a amizade tem uma função política. Isto significa que quando o legislador estabelece as leis ele deve ter os olhos fixos em duas coisas: o território e os homens. Nesse aspecto, a cidade não tem uma vida solitária, isolada, mas se localiza numa região e por isso deve estar aberta à convivência com outras cidades. Segundo ele, mesmo que a guerra esteja no horizonte dessas convivências, a amizade ainda é o maior dos bens que elas podem construir, no sentido de evitar ao máximo a discórdia. Para Aristóteles:

[...] a amizade parece ser o laço que une as cidades, e os legisladores parecem concordar que ela é mais que a justiça. Eles buscam, com efeito, man-

3. Evidentemente que essa reflexão não pretende tomar a filosofia antiga como capaz de responder aos problemas que são modernos, mesmo porque as bases históricas, sociais etc. de um e de outro são diferentes e até opostas. No entanto, podemos considerar os filósofos gregos, no caso Aristóteles, como companheiro de uma viagem e, por isso, referência obrigatória para os problemas atuais.

ter a concórdia e banir a discórdia, vendo nesta a calamidade mais temível das comunidades políticas: ora, a concórdia é um sentimento próximo à amizade. Aliás, se os cidadãos estão unidos pela amizade não seria mais necessário a justiça, mas mesmo tendo justiça, ainda assim, seria necessário a amizade. Enfim, somente a mais alta forma de justiça parece ter a mesma natureza da amizade (ARISTÓTELES, 1988, p. 31).

A unidade da cidade é obra da amizade, ou seja, uma cidade é a comunidade da vida feliz, perfeita e autárquica, e as relações que permitem essa vida em comum – a justiça – são obras da amizade, pois ela é a escolha refletida de viver e conviver juntos. Portanto, fonte de felicidade para cada indivíduo e elemento de concórdia para a cidade, a amizade deve ser entendida como uma questão ética e política. É por isso que Aristóteles não se interessa pelas múltiplas formas de relações humanas a partir das afecções, mas privilegia a análise das relações objetivas e públicas da amizade. Do ponto de vista político, descreve as diferentes amizades que constituem a cidade em seus diferentes níveis (camaradas, amante e amado, marido, esposa, filho e filha, pai e mãe, concidadãos etc.) e do ponto de vista ético, a amizade é indispensável mesmo para um homem feliz e autárquico, possuidor de todos os outros bens. Enfim, é um bem útil ao homem visto que ele é um ser finito e limitado, dotado de necessidades múltiplas que não pode se satisfazer sozinho, mas somente em uma cidade.

1. ARISTÓTELES: A AMIZADE COMO VIRTUDE

Aristóteles compreende a amizade como uma virtude, uma experiência necessária à vida. Mesmo que tenhamos todos os bens, toda riqueza e todo o poder ou que vivamos na pobreza, ou em qualquer outro tipo de infortúnio, não poderíamos passar sem a amizade - sem esse refúgio. Os jovens teriam nela uma forma de evitar os erros da inexperiência, os velhos uma forma de socorro às enfermidades da idade e àqueles que estão na força da idade, ela inspira as belas condutas. A amizade, como um exercício, é uma caminhada que dois seres fazem juntos, em que a ternura, a afeição e a simpatia se manifestam. Nobre e bela, a amizade deve, então, ser louvada como o caminho mais vantajoso que nos leva à “excelência moral”: à *areté*. As condições para essa experiência estão na nossa capacidade de estimar e bem querer ao outro, ou seja, em um processo de benevolência partilhada, mútua.

Desejar o bem do outro, ser benevolente é uma atitude que, portanto, não deve ser ignorada pelos homens, pois ela conduz a nos relacionar com as pessoas e a estabelecer uma reciprocidade dos sentimentos e a manifestar ativamente essa reciprocidade. Segundo Aristóteles, podemos falar em três espécies de amizade, diferenciando-se somente pelo fim visado: aquela dirigida ao bem, ao agradável e ao útil. A amizade fundada na utilidade considera apenas o benefício ou o proveito que pode ser tirado, isto é, a afeição pelo outro está nas vantagens que são esperadas, tendo em vista o interesse próprio, o que denota não uma reciprocidade, mas um amor a si próprio. A amizade agradável, por seu lado, está inspirada no prazer que o outro proporciona, tendo em vista apenas o deleite pessoal. Em ambas, a

[...] amizade nasce somente de circunstâncias acidentais e não de qualidades essenciais do indivíduo amado. Não se ama o outro pelo que ele é, mas pelo que ele pode proporcionar, oferecer. A amizade assim construída pode ser reconhecida como frágil (ARISTÓTELES, 1988, p. 33-4).

Por seu lado, a amizade que visa ao bem é perfeita e virtuosa, devendo ser a preferida de todos. Mais rara e mais lenta para se formar, essa amizade é duradoura, dado que pertence ao homem virtuoso considerar os amigos como a si-mesmo e o prazer que experimenta reside nas ações que exprime uma natureza que visa sempre ao bem do outro. Essa semelhança de natureza se funda em uma relação de confiança e de um reconhecimento recíproco: os homens bons e virtuosos são agradáveis e úteis uns aos outros (ARISTÓTELES, 1988, p. 34-5). Portanto, a amizade virtuosa inclui e vai além de uma amizade útil e agradável e se diferencia do amor entre o amante e o ser amado que, muitas vezes, são seduzidos e conduzidos por coisas mutáveis, passivas e motivadas pela satisfação pessoal, como alguma coisa de excessivo, endereçando-se, assim, a um único ser⁴. A vida em comum é a característica mais relevante da amizade perfeita, pois aqueles que estão em estado de fraqueza ou indigência têm necessidade de ajuda e aqueles que são ricos gostam de se sentirem rodeados de pessoas, visto que a solidão é algo que incomoda e aflige. Como disposição duradoura, gostar de seu amigo significa gostar do que é bom por si-mesmo, o que pressupõe, portanto, uma igualdade, uma partilha da existência.

4. "O amor é visto por Aristóteles como um elemento perturbador da harmonia da alma, ridículo no seu desejo de reciprocidade, ocupando o amante com a satisfação das partes mais baixas de sua alma, e distraindo a atenção das faculdades superiores, que encontram sua expressão na amizade como obra-prima da razão [...]. Com outras palavras, Eros é uma paixão e *philia um ethos*" (ORTEGA, Francisco. Genealogia da amizade. São Paulo, Iluminuras, 2002).

Contudo, é necessário ter em conta que há diferenças entre as pessoas, por exemplo, entre os pais e os filhos, os homens revestidos de autoridade e os que a ela estão submetidos, entre o professor e o aluno etc., o que exige que a amizade seja experimentada a partir dessa desigualdade: a afeição deve ser em função do mérito das partes. Aristóteles considera, assim, que "[...] a amizade será estável e equilibrada quando cada parte fizer ao outro o que lhe é devido [...]. A regra é que essa ligação deve ser proporcional às vantagens recebidas" (1988, p.40). Nesse sentido, é preciso cuidado permanente para que as coisas sejam realizadas sempre tendo em vista certa ponderação; um reconhecimento das diferenças de funções, das virtudes, das razões de gostar do outro, as diferenças de obrigações recíproca e das vantagens esperadas pelas partes. Essa proporcionalidade – o justo meio – é uma das condições básicas para existir uma relação de amizade, sem perder de vista o exercício de querer para os amigos o mesmo que desejo para mim, isto é, a desigualdade não seria empecilho para experimentá-la, desde que as coisas sejam compatíveis com a natureza de cada homem e colocadas em um quadro de equilíbrio.

Quando uma parte dos homens prefere ser adulada ou somente adular, querendo com isso ser estimada, reconhecida e obter vantagens pessoais, indica o caráter acidental, even-

tual e vicioso de se conduzir. A amizade seria, então, o meio de restabelecer a igualdade e a semelhança como condição para uma vida virtuosa, constante e estável, equilibrando os vícios de excesso ou de deficiência. É nesse sentido que Aristóteles pensa como possível a amizade entre o rico e o pobre, o sábio e o ignorante. Essa disposição de caráter, ou seja, de desejar o bem a quem amamos pelo que ele é, diferencia as pessoas daquelas que, simplesmente, amam por meio dos sentimentos, visto que é ridículo quando observamos os amantes pedirem para serem amados tanto quanto amam. Essa tendência está longe de qualquer posição intermediária que seria a mais apropriada a nossa própria natureza.

Na concepção aristotélica, as relações entre as pessoas, entre os familiares e na vida política devem estar, portanto, ancoradas nos mesmos princípios: amizade e justiça. O homem como animal político deve viver entre amigos, deve viver em uma comunidade de cidadãos e de justos, isto é,

[...] a natureza exige que a obrigação de ser justo cresça com a amizade: justiça e amizade existem entre as mesmas pessoas e se aplicam aos mesmos objetos. Todas as comunidades são fragmentos da sociedade política. Os homens se reúnem em vista de algum objetivo utilitário e para se proporcionarem o que é necessário à vida. O interesse geral em vista do qual as cidades são formadas, para o qual elas subsistem, é o fim visado pelos legisladores (ARISTÓTELES, 1988, p. 44).

2. POLÍTICA: AMIZADE E CIDADANIA

As relações entre os amigos e entre os cidadãos se equivaleriam em Aristóteles, ou seja, a amizade entre os cidadãos é a coisa mais importante para a estabilidade do Estado. A dimensão política da amizade estaria na nossa capacidade e disposição de conviver com o outro e com os outros. Nesse caso, as espécies de governos, como a monarquia, a aristocracia e a república seriam manifestações do grau e da intensidade de nossas relações com a comunidade de amigos e de cidadãos. A corrupção, a tirania, a falta de escrúpulo, a busca das vantagens pessoais que se instauram nos governos, com o tempo produz as mais diversas maneiras de degeneração de um regime político. Devemos cuidar para preservá-lo. O mesmo acontece na organização familiar, em que os pais, os filhos, os irmãos, os maridos e as esposas devem, segundo Aristóteles, esforçar-se para garantir uma relação ponderada e justa em relação às funções e competências de cada um:

[...] a autoridade deve ser diferente quando é exercida por pessoas diferentes [...]. Natural é a autoridade do pai sobre os filhos, dos antigos sobre seus descendentes Ela repousa sobre a superioridade, merece respeitá-la. A justiça se alia à amizade para proporcionar o mérito de cada um (ARISTÓTELES, 1988, p. 46-8).

Nós, contemporâneos à sociedade da Declaração dos Direitos do Homem, temos dificuldade em aceitar que seja justificável a proposição aristotélica, contudo, relembremos que os princípios individualistas são estranhos à concepção grega. Em Aristóteles, a cidade não é um teatro, um campo aberto a estratégias e a relações de força, mas um fim (*telos*) e um Bem, um Todo que existe por natureza e, por isso, está acima dos indivíduos. Trata-se de uma totalidade que é mais que a soma dos indivíduos que a compõem, tendo mais valor que eles. É o indivíduo que está para a cidade e não a cidade para os indivíduos.

De qualquer maneira, a idéia que podemos sobrelevar da concepção aristotélica, é considerar que na base da amizade está a igualdade. Quando as relações, as formas de governo são corrompidas, a justiça se enfraquece, as constituições tornam-se perversas, instaura-se a tirania, impossibilitando as afeições recíprocas e de nos submetemos a uma lei e a uma vida em comum, aceitando um contrato. Portanto, a amizade e a cidadania se aproximam devido ao elemento necessário a sua realização, isto é, à vida em comunidade, bem no estilo das relações familiares⁵. Experimentar a amizade é considerar a possibilidade de uma vida justa e virtuosa, fundada no compartilhar do que é agradável, no desejo de fazer bem ao outro e de se exercitar na direção de atitudes não baseadas nos interesses individuais, fonte de conflitos permanentes, mas nos colocando como membros de uma comunidade, como pertencentes a uma coletividade.

5. No capítulo 12, Livro 8, da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles trata das diferenças e semelhanças entre as relações familiares e as relações amiais.

É recorrente no pensamento aristotélico considerar a prudência (*phronésis*) como uma das condições para o estabelecimento dessa vida justa e virtuosa, seja nas relações de amizade bem como na de cidadão. No caso do sentimento de amizade, ela deve estar associada ao bom-senso, à moderação, à circunspeção e à ponderação, permitindo deliberarmos corretamente acerca do que é bom para nós e agirmos de acordo com isso. Sem essa disposição, teremos dificuldades em escolher e realizar atos que garantam a amizade. Portanto, exercitar a justa medida é fundamental: ela restabelece entre os desiguais a igualdade, preservando o sentimento de amizade e o equilíbrio da comunidade política. Exercitar bem uma vida de amizade e de cidadania funda-se, assim, numa deliberação que reflete o que é benéfico, sobre o que é certo, de forma correta e no tempo certo, enfim, a boa deliberação garante alcançar o bem que dura. Em todas as situações da vida o melhor é agir com equilíbrio.

No caso das amizades fundadas sobre o que é útil ou agradável, em que as vantagens imediatas e pessoais são as razões do agir, a possibilidade de uma vida virtuosa pode diminuir. Quando um dos amigos conduz sua vida baseada no vício, a instauração da amizade virtuosa e perfeita torna-se impossível ou mesmo de continuar, a não ser que haja mudança. Embora o que fora construído no passado possa subsistir, a amizade não pode durar quando duas pessoas tornam-se demasiado diferentes:

[...] é claro que não é necessário ter as mesmas considerações por pessoas diferentes, se conformar em todas circunstâncias aos desejos de seu pai,

ou mesmo oferecer a Zeus todos os sacrifícios. [...] [Mas] é justo reservar vantagens apropriadas a cada um. Deve-se honrar seus pais, bem como os deuses, mas não devemos fazê-lo da mesma maneira [...]. A cada membro da família, da cidade, convém, portanto, manifestar um respeito apropriado (ARISTÓTELES, 1988, p. 61-2).

A amizade perfeita, sentimento reservado aos homens virtuosos, pressupõe o altruísmo como característica básica que deriva das relações do indivíduo consigo mesmo: desejar o bem de si mesmo é condição para o bem do outro. “O amigo é outro si-mesmo”. Agir com prudência e justiça não é apenas um fim que está posto no futuro, mas trata-se de uma condição mesma para nos tornarmos prudentes e justos. Enquanto os homens perversos, viciosos, imprudentes, indolentes são marcados por inclinações egoístas, e não gostando de si mesmos tornam-se incapazes de amizade. Segundo Aristóteles:

[...] em uma palavra, eles não têm nada de amável, nada que os leve a gostar deles mesmos, se sentem estranhos com suas próprias alegrias e aflições. Sua alma é um teatro de conflitos: uma parte sofre quando se vê forçada a se abster de algumas coisas, enquanto a outra experimenta da alegria (ARISTÓTELES, 1988, p. 66)⁶.

6. Aristóteles designa essa conduta de egoísmo vulgar, visto que o homem virtuoso é também egoísta, mas que age pela via racional, isto é, busca possuir os bens e o que considera de mais preciosos, satisfazendo a sua dimensão intelectual que comanda todo resto. O homem vicioso é conduzido pelas paixões, buscando fora de si mesmo apenas a satisfação de seus desejos, fechados a qualquer ação nobre e generosa (ARISTÓTELES, 1988, p. 71-2).

Uma alma assim atormentada, que se move em várias direções, não pode proporcionar sentimento algum que possa ser atribuído aos homens de bem.

Depois de ter definido e apresentado as condições básicas para a experiência da amizade, Aristóteles distingue-as de outras disposições constitutivas do homem: a benevolência, a concórdia e a beneficência. Como começo da amizade ou uma amizade inativa, a benevolência consiste na disposição, nem sempre experimentada, de fazer o bem aos outros homens: é ter simpatia por pessoas que jamais vimos. A concórdia, também tendendo à amizade, mas distinta dela, é um sentimento afetivo que se refere a fins práticos no sentido de proporcionar vantagens ao conjunto dos cidadãos, isto é, a identidade de sentimentos que são mobilizados em vista de ações que interessam aos membros da coletividade. A concórdia supõe pontos de vistas idênticos, sentimentos compartilhados e uma ação comum, no que diz respeito a fazer o bem (beneficência). O benfeitor gosta do outro como o artista gosta da obra que o faz existir, pois a lembrança de uma ação nobre e do esforço é fonte de verdadeiro prazer: a obra é a atualização de seu autor, a sua realização.

Nos capítulos finais do Livro IX, Aristóteles sintetiza o que considera como fundamental para a experiência da amizade. A amizade (*philia*) é um sentimento que o homem,

como ser político, deve cuidar; um exercício útil e agradável que fundado na virtude nos conduz à felicidade. A abertura ao outro é a condição plena para uma vida feliz: o amigo sendo um outro si-mesmo proporciona-nos uma satisfação completa. O homem feliz necessita, portanto, de amigos, pois seria absurdo possuir todos os bens e gozá-los solitariamente, sobretudo, porque estamos destinados a viver em sociedade. Dessa forma, a felicidade é o resultado desse exercício de contemplação das condutas virtuosas dos nossos amigos: o homem virtuoso se sentirá alegre e feliz quando convive com as belas ações e se aflige com aquelas que são inspiradas no vício. Em uma palavra, amizade e felicidade são experiências que estão ligadas.

Diferentemente dos animais, que são constituídos somente pela faculdade de sentir, o homem dispõe de algo mais: o pensamento. Sentir e pensar formam a essência da vida humana, revelando não apenas a nossa potência do agir, mas as nossas ações mesmo. Sentir e pensar significa ter consciência de uma vida boa, agradável e virtuosa, representa a alegria do existir. Existir com amigos representa conviver, trocar palavras e pensamentos é partilhar sentimentos. “Uma tal vida com o outro é acessível somente aos homens. Os animais sabem apenas pastar ao mesmo tempo e no mesmo lugar” (ARISTÓTELES, 1988, p. 76). Mas como definir o número de amigos? É bom ter muitos ou poucos? Mais uma vez, Aristóteles retoma a idéia de prudência. Como a intimidade é uma característica essencial da amizade, um bom número de amigos se define na justa medida em que podemos ter com eles uma vida comum, o suficiente para partilharmos os prazeres e os tormentos. Querer agradar a todos é, finalmente, ser amigo de ninguém, a não ser em uma amizade política, cujas relações entre os concidadãos comporta um grande número.

Portanto, o fundamento para a experiência da amizade está em compartilhar uma vida em comum. Viver entre amigos é uma ação política. A amizade, como virtude, ou melhor, tendo em vista a vida feliz e virtuosa, é o meio para compartilhar a prosperidade e suportar as adversidades. A presença de amigos é preciosa, seja na alegria, seja na tristeza, tornando as dores leves e toleráveis. “A amizade é uma comunidade, em que os sentimentos que temos por nós-mesmos, temos por um amigo. Como desejamos a nossa própria existência, desejamos a de um amigo e a consciência de sua existência se atualiza concretamente graças a essa vida em comum” (ARISTÓTELES, 1988, p. 79-80). Enfim, viver na companhia dos amigos nos faz crescer, corrigir-se mutuamente e tornar modelos uns para os outros, confirmando a máxima: *é dos seres virtuosos que aprendemos a virtude.*

CONCLUSÃO

As reflexões que trouxemos neste texto tiveram como objetivo dividir algumas inquietações sobre relações humanas, ética e amizade na educação a partir de um diálogo que venha contribuir para a discussão de tais temas.

Em nossa opinião, esse diálogo de forma horizontal, pode abrir a possibilidade de construção de um espaço, em que as relações humanas tomem a amizade como fonte inspiradora e, com isso, transformem as barreiras das inevitáveis diferenças entre professores e alunos tão insignificantes que os problemas acabem fluindo de forma positiva e significativa.

Se a epistemologia tem contribuído para refletirmos, calcularmos e elaborarmos métodos e técnicas úteis à prática pedagógica, cumpre agora ver o que seria da sala de aula e da aula se pensássemos também do ponto de vista da ética e da política. Ética porque faríamos a experiência de ouvir e olhar o outro. Política porque reconheceríamos que a vida é plural.

A criança ao chegar à escola amplia, aprofunda, e até mesmo pode transgredir, o espaço e os valores domésticos. Ela sai do mundo da casa (*oikós*) em direção ao mundo da *pólis* e do *ethos*. Portanto, é na escola e na sala de aula que ocorre “o evento onde se dá o *começo* da ação política [e ética] pela qual se instaura a confirmação do *eu* pelo *outro* e deste por aquele, em suma: o *diálogo*” (MORAIS, 1996, p. 128). Portanto, essas dimensões, junto a epistemologia, podem garantir a formação mais plena do indivíduo.

A política e a ética não são mais essenciais ou exclusivamente, as que se referem ao poder e aos valores, respectivamente. Elas tornaram-se tudo aquilo que, sem ter metro prévio, exige uma ação criativa, pressuposto da *paidéia*. Agir política e eticamente é *moldar* a própria vida *sem* seguir uma regra *anterior* :

Não existem mais regras pré-definidas sobre como agir na profissão, no amor, nos tratos e contratos que firmamos, e que, sendo cumpridas, assegurariam o sucesso, ou pelo menos a certeza moral de haver cumprido. Precisamos, constantemente, inventar novas formas de ação e de associação. Deparamo-nos, sem número de vezes, com a dificuldade, o imprevisto, o fracasso. Temos à nossa frente o alcance devastador da fortuna sobre nossas vidas, e o espaço sem nenhuma garantia em que tentamos fazer uso da *virtú*, da ação criadora que procura moldar o futuro (MIRANDA, 2004, p. 84).

Nesse sentido, a escola do pluralismo é uma escola onde habita a dimensão ética e a dimensão política. O que significa dizer que a lei não é mais dada à escola, ela está por se fazer. Esta lei a construir é a fonte e o meio de legitimar o *vivre-ensemble* na escola. A escola não é somente objeto da política, antes e sobretudo, representa experiência e elaboração do político. Ela é o que explicita os sujeitos em suas histórias e seus encontros, sobre a base da relação e da solidariedade. Mas isso é possível no mundo das incertezas? “É precisamente porque há a incerteza que a educação torna-se pensável e possível” na realidade contemporânea. Que dê o nome que se queira, individualismo, concorrência, leis arbitrárias, desconstrução, pós-modernidade, etc., o desafio da escola, da educação, é encontrar, pois sempre se trata de encontro, um caminho, sendo que, hoje, parece-nos que ele está a construir (BOURGEOIS; COSTA-LASCOUX, 2004, p. 135-8).

Não é a mesma coisa ser aluno e ser professor: um está diante do outro, do ponto de vista da sala de aula. Pode ser catastrófico construir estratégias para superar as distâncias, a hierarquia e a representação social. No entanto, pertencem ao mesmo grupo, à mesma convivência, ao mesmo ambiente e o professor pode acabar sendo o amigo mais experiente que serve de mediador entre a sala de aula e o mundo extraclasse.

O jogo ético da relação social é evidente e, por isso, exige habilidade para uma possível experiência da amizade. Para tanto:

É necessário deixar de ser professor para poder sê-lo. Isto significa obrigatoriamente que toda relação social [...] implica um elemento que une, que é a amizade. Este elemento fundamental é o sentimento de uma cumplicidade, de uma comunidade essencial sobre as coisas mais importantes. Na relação do professor com seus alunos está o fato da partilha de uma certa imagem do que se deve ser alguém, de ter em comum uma forma de sensibilidade e de acolhimento ao outro (JANKÉLÉVITCH; OGILVIE, 1995, p. 194).

Neste sentido, ao trazermos para o centro das discussões o diálogo na sala de aula, o fazemos com a finalidade de pensar a escola como um espaço potencializador de amizade, onde o amigo sirva de mediador para que o outro sinta-se acompanhado em suas descobertas e reflexões e, com isso, construir juntos possíveis saídas para os dramas e dilemas que costumam surgir no âmbito escolar.

Vislumbrar a possibilidade da amizade nas salas de aula é a pré-condição intransferível de uma co-cidadania, de uma cidadania-em-comum. Deste modo, podemos acreditar que a escola pode ser um espaço de crescimento, onde a educação desempenhe seu papel de uma forma democrática e humanizadora, sem ser arbitrária. E os educadores construam relações mais sólidas sem serem normatizadores, podendo com os alunos construir alternativas, primeiro como reflexões e, depois, como elaborações de propostas para enfrentar os problemas e questões que a realidade escolar nos coloca.

Enfim, mais do que garantir um processo de subjetivação, devemos abrir caminhos para a intersubjetivação. A amizade, nos termos aqui discutidos, pode certamente contribuir para essa experiência.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Éthique à Nicomaque*: livres VIII et IX. Paris: Hatier, 1988.

_____. *Les Politiques*. Paris: Flammarion, 1993.



BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURGEOIS, Bernard ; COSTA-LASCOUX, Jacqueline e outros. **Éthique et éducation**: l'école peut-elle donner l'exemple? Paris: L'Harmattan, 2004.

FOUCAULT, **Vigiar e punir**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAISONNEUVE, Jean. **Psychologie de l'amitié**. Paris: PUF, 2004.

PIOVESAN, Américo et al (org). **Filosofia e ensino em debate** . Ijuí: Unijuí, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. Ética, ação política e conflitos na modernidade In: MIRANDA, Danilo Santos (org.). **Ética e cultura**. São Paulo Perspectiva, 2004, p.65-88

RODHEN, Luiz. Amizade, entre filosofia e educação. In: **Filosofia e Ensino em debate**. Ijuí: Unijuí, 2002, p.113-134.

VERNANT, Jean-Pierre. Tisser l'amitié In: JANKÉLÉVITCH, Sophie ; OGILVIE, Bertrand. **L'amitié**: dans sons harmonie, dans ses dissonances. Paris: Autrement, 1995, p.188-202.

VON ZUBEN, Newton A. Sala de aula: da angústia de labirinto à fundação da liberdade In: MORAIS, Régis de (org.). **Sala de aula**: que espaço é esse? Campinas: Papirus, 1996, p.123-129.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....



BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Introdução à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo : Brasiliense, 1994.

ECO, Umberto. **O professor aloprado**. Folha de São Paulo. *Caderno Mais!* 11 maio 2008. (Entrevista).

FRAISSE, J.-C. **Philia, la notion d'amitié dans philosophie antique**. Paris: Vrin, 1984.

GAUTHIER, René A. ; JOLIF, Jean Yves. **L'Éthique a Nicomaque**: introduction, traduction et commentaire. Louvain: PUL / Paris: Béatrice-Nauwelaerst, 1959. Tome II.

ROMANO, Roberto. Contra o abuso da ética e da moral. In: **Educação & Sociedade**, ano XXII, n.76, Out. 2001, p.94-105.

EXERCÍCIOS

I – Questões dissertativas

1. Como a amizade pode ser um dos caminhos para atingirmos o bem e, portanto, a felicidade?
2. Como Aristóteles compreende a Amizade? O que seria experimentar a Amizade na concepção aristotélica ?
3. Explique as diferenças entre as três espécies de amizade apontadas por Aristóteles.
4. Em uma sociedade consumista/capitalista como a nossa, é possível a amizade perfeita como propõe Aristóteles? Justifique
5. Discuta a frase: «As relações entre os amigos e entre os cidadãos se equivaleriam em Aristóteles, ou seja, a amizade entre os cidadãos é a coisa mais importante para a estabilidade do Estado».

II – Atividades complementares

Assista ao filme espanhol *A Língua da Mariposa* (1999), de José Luis Cuerda, e reflita sobre a possibilidade de uma relação de amizade entre professor e aluno